

LUTAR É PRECISO



SINDJUS RS
Unir, Lutar e Vencer

Periódico do SindjusRS - Edição 221 - 2º Semestre 2021 - www.sindjus.com.br

EDIÇÃO ESPECIAL



NOVEMBRO ANTIRRACISTA



A LUTA ANTIRRACISTA SE FAZ TODOS OS DIAS!

Realizado em Pelotas, 1º Encontro Antirracista do Judiciário gaúcho reforça importância da luta diária para derrubar o racismo

Lélia Gonzalez



Homenageada do mês

Pág
03

Resgate da Cultura



História do Samba

Pág
07

A conquista do PCCS



PCCS agora é LEI.
Uma conquista histórica

Páginas
10 e 11

Dedicamos esta edição do Lutar é Preciso à campanha Novembro Antirracista, que realizamos em parceria com o Coletivo pela Igualdade Racial do Sindjus (CIRS). Ao longo das próximas páginas, temos o resultado de um trabalho coletivo e dedicado, voltado para o necessário resgate da memória e da importância da preservação da identidade negra e da sua fundamental participação na construção de nosso povo.

Essa foi a tônica do processo de concepção e produção das atividades e dos conteúdos publicados ao longo do mês em nossos canais de informação: resgate e preservação. Exaltar a história e toda a riqueza dos elementos formadores da identidade cultural e social do povo brasileiro é uma parte apenas, mas importante, de um necessário movimento de reparação. Conhecer para reconhecer. Entender para valorizar. Compreender o racismo para enfrentar.

O Novembro Antirracista sem dúvida constituiu um dos momentos mais importantes do trabalho realizado por esta gestão e um marco na história da luta sindical dos servidores do Judiciário gaúcho. Um Poder ainda majoritariamente branco e que expõe duramente as disparidades de nossa sociedade em relação às oportunidades e espaços ocupados por negros e brancos. Um Poder por onde passam relações e decisões ainda profundamente atravessadas pelo racismo que mata e adocece. Um Poder que ainda aplica uma Justiça que tem cor e que apoiou institucionalmente a estrutura racista que formou nosso país.

Nesse contexto, a realização do primeiro Encontro Antirracista ao final de novembro não foi um encerramento, mas o início de uma nova perspectiva para

nossa luta sindical. Uma luta verdadeiramente plural e democrática, que vislumbra as lacunas e os espaços a serem preenchidos, e a necessidade de trazer todos e todas para o debate e ação de transformação da sociedade.

A constatação de que a luta antirracista precisa ser diária e incansável, em todas as áreas, em todos os momentos, e precisa ser travada por todas as pessoas que acreditam que outro mundo é possível.

Para isso, é necessário promover essas discussões em todos os espaços, em todas as searas, no âmbito público e privado, mudar comportamentos, ser radicalmente intolerante com os preconceitos enraizados em nossa vida. É dever de todos e todas abraçar essa tarefa e assumir o compromisso com um futuro de esperança e igualdade.

Sindjus/RS



Iris Helena Medeiros Nogueira é eleita presidenta do TJRS



A desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira foi eleita presidenta do Tribunal de Justiça (TJRS) para o biênio 2022/2023 com 71 votos, em pleito realizado em 6 de dezembro, e é a primeira mulher a ocupar o principal cargo da Corte gaúcha. A magistrada também foi a primeira mulher eleita como corregedora-geral da Justiça, cargo que ocupou nos anos de 2016 e 2017.

Integram a chapa eleita para a Administração do Tribunal: o 1º vice-presidente, Alberto Delgado Neto; o 2º vice-presidente, Antonio Vinicius Amaro da Silveira; a 3º vice-presidenta, Lizete Andreis Sebben; e o corregedor-geral da Justiça, Giovanni Conti.

Auxílio saúde retroativo até o mês de março já pode ser solicitado no Sistema SALUS

Atendendo ao pleito do Sindjus/RS, o Tribunal de Justiça do RS (TJRS) publicou no dia 3 de dezembro, o ato referente ao pagamento retroativo do auxílio-saúde do período de março a agosto de 2021, período que corresponde do estabelecimento até a regulamentação do benefício.

Para fazer a solicitação é necessário ter a solicitação originária (de setembro a dezembro) aprovada previamente. Ao ingressar no sistema, basta preencher os valores de mensalidade de planos de saúde, com valores que possam ser comprovados

nos mesmos termos do Ato 046/2021, até o limite do teto autorizado para cada pessoa.

O Sistema estará disponível para a realização dos requerimentos nas seguintes datas: de 3 e 17 de dezembro de 2021 e de 7 a 13 de janeiro de 2022.

LUTAR É PRECISO - JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS

Conselho Editorial: Juliana Campani (MTB 15.501), Joice Proença (MTB 16.383) e Emanuel Dall'ello dos Santos (Diretor de Imprensa e Divulgação)

Projeto Gráfico e Diagramação: Grupo REC Tiragem: 4.000 exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA:

Coordenador-Geral: Fabiano Marranghello Zalazar | Secretaria Geral: Valter Assis Macedo, Janete Togni

Secretaria de Finanças e Patrimônio: Joseane Hans Bronizaki, Maria Rosa Junges

Secretaria de Política e Formação Sindical: Marco Aurélio Velleda, Márcia Ferro Amaro

Secretaria de Imprensa e Divulgação: Emanuel Dall'ello dos Santos, Jesner Pias Borges

Secretaria de Relações de Trabalho e Assuntos Jurídicos: Osvaldir Rodrigues da Silva, Valdir Bueira da Silva

EXPEDIENTE



HOMENAGEADA DO MÊS

A história e o legado de Lélia Gonzalez

A partir da edição de 2021, em todos os anos o Novembro Antirracista, promovido pelo Coletivo pela Igualdade Racial (CIRS) e pelo Sindjus/RS, vai destacar personalidades com contribuições para a luta antirracista e difusão da cultura africana e afro-brasileira.



Acervo Lélia Gonzalez

Em 2021, a homenageada é a intelectual e ativista Lélia Gonzalez, que foi pioneira nas discussões sobre relação entre gênero e raça, propondo uma visão afro-latino-americana do feminismo, cujo pensamento abrange questões filosóficas, de psicanálise e do candomblé.

História

Filha de um operário negro e de uma empregada doméstica descendente de indígenas, Lélia nasceu em 1935, em Belo Horizonte (MG). Em 1942, a família se mudou

para o Rio de Janeiro, para acompanhar um dos 18 filhos que foi jogar futebol em um clube carioca.

No Rio, graduou-se em História e Geografia, fez mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política. Atuou como professora em escolas de nível médio, faculdades e universidades.

Produção intelectual

Pioneira ao abordar a desigualdade de gênero e raça, aos 30 anos, após a morte por suicídio do marido, Lélia Gonzalez mergulhou em duas áreas nas quais buscou cura e autoconhecimento e que acabaram virando referência em seu trabalho: a psicanálise e o candomblé.

Na década de 1980, publicou seu primeiro livro "Lugar de negro" em parceria com o sociólogo Carlos Hasenbalg. A obra trouxe um panorama histórico do modelo econômico de 1964, a inserção da população negra neste cenário e o resgate histórico dos movimentos sociais negros.

Ativismo e feminismo

Como ativista, Lélia Gonzalez participou da resistência e luta do movimento negro contra a ditadura militar e foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). Também colaborou com textos e propostas na Assembleia Nacional Constituinte e nos anos 1980, foi indicada para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).



Arquivo pessoal Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez também foi pioneira ao abordar a importância da interseccionalidade dentro do movimento feminista e também a necessidade de recortes regionais, no que chamou de feminismo afro-latino-americano. Desta forma, promoveu a mobilização de mulheres negras, ao apontar que no movimento feminista havia a manutenção da ideologia racista, e que no movimento negro também havia a mentalidade machista, apontando para a necessidade de um espaço próprio de discussão do feminismo negro.

Faleceu em 10 de julho de 1994, aos 59 anos, no Rio de Janeiro, vítima de problemas cardiorrespiratórios, em decorrência de complicações com diabetes mellitus, doença diagnosticada dois anos antes.

Livros para conhecer mais sobre Lélia Gonzalez



TERRITÓRIOS Quilombos, territórios de resistência social e cultural

Mais do que reivindicar um território, a luta quilombola é pela preservação da identidade

kilombo, palavra de origem bantu: 'união; cabana, acampamento, arraial'

No mês da Consciência Negra, queremos destacar a luta e a resistência do povo negro pela reafirmação de seus direitos e preservação de seu legado histórico. Neste sentido, é fundamental caracterizar a importância da formação dos quilombos como espaços de resistência cultural e de organização social dos povos africanos escravizados, libertos e seus descendentes, bem como sua manutenção ao longo do tempo e necessária preservação.

Segundo dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o estado possui 146 comunidades quilombolas. Onze desses territórios estão localizados na capital, conforme aponta o recém apresentado Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre*, sete certificados pela Fundação Cultural Palmares e quatro autodeclarados.

Na cidade, localiza-se o primeiro quilombo titulado localizado em território urbano do país, da família Silva. Localizado em área atualmente muito valorizada e objeto de especulação imobiliária, o quilombo representa uma marca viva da presença histórica

da comunidade negra e pobre em um bairro hoje majoritariamente branco e de classe média-alta. O Sindjus atuou em mobilizações em defesa da permanência das famílias no local, sensibilizando a sociedade para a importância de preservar o quilombo, frear o avanço dos condomínios de luxo sobre a área e garantir a demarcação da região. "Diversas são as áreas de disputa, e somente a luta organizada das organizações e movimentos sociais pode barrar esses ataques ao direito à terra das comunidades tradicionais", destaca Marco Velleda, diretor de Política e Formação sindical do Sindjus/RS.

Muitos territórios quilombolas são ameaçados com tentativas de desapropriação, sendo alvo de disputas judiciais. A comunidade do Quilombo Lemos, localizado na zona sul de Porto Alegre, enfrenta há anos uma batalha na Justiça pelo direito de permanência no território na Avenida Padre Cacique. As famílias que residem no local



Quilombo Silva - Crédito: Guilherme Santos/Sul21

lutam contra a série de decisões pela reintegração de posse em favor do Asilo Padre Cacique.

Além da luta pela terra, as comunidades tradicionais reivindicam a execução de políticas públicas para atender suas especificidades, especialmente em relação ao acesso à saúde. (Saiba mais acessando o QR Code)



Mais do que espaços seguros de convívio para negros que conseguiram, pela fuga ou alforria, libertar-se da escravidão, os quilombos foram e são locais de organização comunitária e de preservação de princípios e valores próprios, de cooperação e trabalho coletivo, e carregam a história viva da resistência do povo negro. Defender a preservação dos quilombos é lutar pelo direito à liberdade, à terra, à autodeterminação e à memória.

O quilombo resiste!

*Confira a versão digital do Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS acessando o QRCode:



ENCONTRO ANTIRRACISTA

É preciso desacomodar para acordarmos: a luta antirracista se faz todos os dias



À sombra da figueira anciã, em frente a uma senzala, aos fundos de uma casa grande, foi aberto o I Encontro Antirracista do Sindjus, em Pelotas, no dia 27 de novembro. Um momento histórico para resgatar legados, exaltar a força do povo negro, unir forças na luta antirracista. A iniciativa partiu do Coletivo pela Igualdade Racial do Sindjus (CIRS) para encerrar as atividades do Novembro Antirracista promovido pelo Sindicato.

O local escolhido para sediar o evento foi um desafio à parte. A charqueada São João traz em sua história o peso e a dor de muitas vidas negras que por ela passaram. Negros e negras vindas de África, separadas de suas famílias, arrancadas de sua cultura, privadas de sua fé, açoitadas pelo capataz, pelo medo, pelo abandono, foram essas pessoas que forjaram a riqueza da região e sustentaram nas costas o modo de produção que fez da região sul do estado um dos polos econômicos mais importantes da história do país no período colonial. O local preserva traços da violência sofrida pelos negros que lá trabalharam; ao lado da grande figueira, o tronco onde os escravizados eram amarrados e torturados. A casa grande abriga instrumentos de tortura, como correntes e bolas de ferro, marcadores usados para o gado e para castigar os cativos que tentavam fugir.

Iniciando os trabalhos do dia, a Iyalorixá Mãe Gisa de Oxalá e Pai Paulo de Xangô comandaram a sequência de cantos aos orixás, pedindo licença, proteção e as



bênçãos para que o encontro transcorresse bem. Silêncio e respeito do público para ouvir atentamente as saudações em iorubá acompanhadas pelos toques dos instrumentos sagrados. Palmas e joelhos ao chão dos devotos presentes.

Ventos de mudança

O rito de abertura foi seguido de relatos emocionados e emocionantes dos presentes. Negras e negros, impactados pela história do local e por suas próprias histórias de vida, que deixam claro que o racismo foi um alicerce da sociedade brasileira mas não ficou no passado, machucando fortemente ainda hoje.



Impossível não se emocionar ao ouvir o relato do Mestre Griô Dilermando Freitas, que luta para manter viva a tradição do tambor de sopapo, instrumento gaúcho criado por negros. Por meio de projetos junto às escolas e comunidades carentes, ensina a confecção dos instrumentos aliada à cultura e contos sobre os orixás africanos. O faz como forma de resistência ao sistema tradicional de ensino, ao qual por muito tempo não sentiu pertencimento, o que o fez afastar-se da escola quando criança, e retorna hoje, por entender a educação como instrumento fundamental para recontar a história da presença negra no país. "A História da gente está aqui e a gente precisa ressignificar a História", enfatiza.

O mestre lamentou a condição do povo negro e destacou a realidade cruel de não ter sequer o direito de poder correr na rua sem ser visto com suspeita. Formado em Educação Física, contou que gosta de se exercitar e em uma oportunidade foi seguido por policiais quando fazia a atividade. Em outra ocasião, o filho jovem foi preso e algemado por estar em espaço público próximo ao local onde ocorrera um assalto, simplesmente por ser negro. "A gente não tem o privilégio de andar na rua", contou.

Rossano Bastos, dirigente do Sinjus, exaltou a importância da realização de encontros como o promovido pelo CIRS para

debater e unir esforços na luta antirracista, saudando a iniciativa e seu significado simbólico. "A força de nossa união nos conduzirá à justiça e nos levará à misericórdia de Xangô", citou, fazendo referência ao orixá africano que representa a Justiça.

Convidada como palestrante, Daiana dos Santos (PCdoB) é vereadora em Porto Alegre, cidade que elegeu em 2020 uma bancada com cinco parlamentares negros, sendo quatro mulheres. Filha de mãe solteira, moradora de comunidade, negra, lésbica, reforçou a responsabilidade de atuar no Legislativo para levar as demandas do povo a uma Casa há muito dominada pelo conservadorismo e pela branquitude. "É impressionante a força que este povo tem. Tenho muito orgulho de representar este povo num estado particularmente misógino e racista", destacou.

O impacto da luta negra e antirracista no resultado das últimas eleições municipais também foi destaque na fala de Andréa Ferreira, diretora do Sindjus-PR, que lembrou que Curitiba elegeu sua primeira vereadora negra da história. "Em nosso país, se esconde essa questão (racismo). Precisamos provocar essas discussões não só no mês da consciência negra, mas o ano inteiro", pontuou.

Vereador em Pelotas, Júlio Araújo (PSOL) também saudou o momento que sinaliza os ventos de mudança na sociedade, com aumento expressivo de negros em espaços como o Legislativo. Em sua avaliação, "não existe democracia se a gente não superar o racismo". Além de eleger a maior bancada negra da história do município na última eleição, durante o mês de novembro, Pelotas chegou a ter 100% de parlamentares negros pautando o trabalho da Câmara, movimento simbólico e politicamente marcante para o município que tem proporcionalmente a segunda maior população negra do país.

Representando o mandato do deputado estadual Jeferson Fernandes (PT), o jornalista Eduardo Silveira destacou a importância da luta pela lei de cotas no Judiciário como medida para ampliar os espaços no Poder ainda essencialmente branco. Bisneto de



negra escravizada, Eduardo também salientou o efeito que a luta pela representatividade teve nos resultados nas últimas eleições e alertou que é possível e fundamental chegar ainda mais longe. "Há uma mudança acontecendo. Hoje a gente tem que atentar especialmente quanto à nossa palavra, a gente precisa dar voz a quem ainda não a tem totalmente".

A dirigente da Fenajud e do Sinjap, Anne Marques, atravessou o país para participar da atividade, dada a importância do tema. Em sua fala, destacou que "conhecer e compreender a história e a luta dos nossos irmãos negros é um dever e um presente para todos nós". E ressaltou a importância desses movimentos para mudar a perspectiva para as gerações futuras: "nossos filhos precisam compreender para fazer parte desse processo de mudança e ressignificação", pontuou.

Emanuel Dall'ello, um dos organizadores da atividade junto ao CIRS, fez em sua fala um apelo à branquitude, que em sua avaliação tem que reconhecer seu privilégio e questioná-lo para avançar na luta antirracista. "É uma honra participar da construção de espaços coletivos de resistência, de reflexão e de combate", pontuou. Destacou, ainda, que essa discussão no âmbito da Justiça estadual se faz urgente. Com percentual de 3% de negros no Judiciário gaúcho, esse abismo de representatividade faz da instituição "um dos espaços mais opressores, não só na presença, mas também nas decisões". Nessa medida, é fundamental discutir o tema em todos os âmbitos da vida privada e pública, inclusive no trabalho dos movimentos sociais e entidades de classe. "Não existe sindicalismo sem abertura para sair da pauta corporativa e discutir a sociedade", assinalou.

O encerramento das atividades da manhã teve mais um momento de espiritualidade, com a união de todos os presentes em um abraço simbólico à grande figueira, acompanhado de cantos aos Pretos Velhos, entidades que simbolizam a sabedoria de negros escravizados.

Reparação não é benefício

Na parte da tarde, foram realizadas duas mesas temáticas. A primeira trouxe o questionamento "Existe racismo no Sistema de Justiça?". Para dissertar sobre o assunto, foi convidada a diretora do Sindjus-PR, Andréa Ferreira. Ela iniciou sua apresentação com o poema de Conceição Evaristo, "Certidão de óbito":



"Os ossos de nossos antepassados colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas e a qualquer descuido da vida a morte é certa.

A bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e dança.

A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros."

A dirigente sindical ressaltou que "o racismo permeia todas as relações neste país" e que, como não poderia ser diferente, "o sistema de Justiça reproduz as desigualdades e atua na sua manutenção". Em seguida, apresentou alguns dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre "a cor do Judiciário". Segundo o último levantamento realizado, atualmente 80% dos magistrados homens são brancos. Entre as mulheres, o dado é ainda mais expressivo: mulheres brancas somam 85.8% do total de juízas e desembargadoras. O abismo de representatividade segue quanto aos

servidores da Justiça no Paraná: apenas 769 declaram-se pretos ou pardos num universo de 8976 trabalhadores. Apontando a discrepância dos números em relação à realidade da sociedade brasileira, Andréa faz uma provocação: "qual é a cor que um negro encontra quando acessa o Judiciário?"

Segundo Andréa, a pessoa não negra não possui a vivência de sempre ser vista como culpada, e justamente por isso muitas não compreendem o racismo. Ela destacou que há padrões no imaginário social formados sobre o negro. A sociedade brasileira é fundada em bases racistas, com um pensamento que não enxergava negros como sujeitos de direito, sequer como seres humanos, e acreditava-se que não tinham alma. Este elemento fundante da sociedade tem como efeitos ainda hoje a desigualdade de oportunidades, a redução de perspectivas de mobilidade social, a morte de jovens negros e o encarceramento atingindo majoritariamente a população negra. "Este raciocínio ainda permeia todo o tecido da sociedade", pontuou. Isso se reflete na História também na maneira como o Judiciário se comportou diante dessa realidade, criminalizando tudo que era negro, como a capoeira, a religião, a música, a cultura em geral, numa "percepção de que tudo que pertencia ao negro era ruim". Nesse sentido, ainda vê o "Judiciário comprometido com a estrutura racista" e reforça a necessidade de ações concretas para reverter este quadro.



O pelotense Fábio dos Santos Gonçalves falou de sua vivência como jovem que veio da periferia, da pobreza, e tornou-se historiador, advogado, professor, compreendendo que sua história é exceção em meio a um contexto de ausência de oportunidades. Nesta medida, destacou que "o universo do mundo jurídico silencia sobre as nossas coisas" e reforçou a importância de compreender as medidas de reparação como iniciativas de buscar tardiamente a equidade, nunca como benefícios. Abarcando a necessidade de revisar a perspectiva histórica, alertou que é necessário abando-

nar conceitos como o de “escravo”, condição imposta que reflete a “sub-humanização” a que o povo negro foi submetido. “Chamar de escravos tira a legitimidade da nossa história”; neste sentido, o termo correto é “escravizado”. Mesmo com a abolição formal da escravidão, negros não foram integrados à sociedade brasileira e logo sua existência foi criminalizada, inclusive com o amparo de leis. O tempo avançou e a estrutura da sociedade sequer permitiu o acesso à educação, pontuou. Somente no século XXI iniciaram os diplomas legais reparatórios (leis que buscam acionar mecanismos de reparação às desigualdades fundadas pela sociedade racista, como a instituição de cotas no ensino superior e a determinação do ensino de história e cultura africana nos ensinos fundamental e médio).

Em relação à baixíssima representatividade de negros no poder Judiciário, questionou: “como esperar de uma justiça, que sequer se aproxima de qualquer representação de negritude, que ela tenha compreensão? É inquestionável que somos paradoxalmente invisíveis no universo do Judiciário (apesar de maioria na sociedade)”. A branquitude não percebe porque normaliza a não presença de negros em espaços de poder. Ao sentenciar “A ideia de raça é filha do racismo e não o contrário”, pontuou que nenhum crime na história da humanidade é comparável ao crime suportado pelo grupo social dos negros.

Em seguida, uma apresentação de música e dança do Mestre Dilermando com o grupo Odara fez um resgate da ancestralidade e da fé que atravessa a história e a resistência do povo negro.



Na segunda mesa, “520 anos de escravidão e a luta do povo negro”, o integrante do CIRS, Luiz Mendes, mencionou a magnitude do encontro no sentido de promover a reflexão e o aprendizado para todos os presentes e para fomentar o debate na categoria e na sociedade. Militante do movimento negro há mais de 30 anos e um dos idealizadores do I Encontro Antirracista, Luiz celebrou o evento como um “momento ímpar de ancestralidade, amor e bases

concretas para uma revolução contra o racismo, contra a exclusão social, contra a marginalidade e contra a forma que o racismo estrutural brasileiro atinge homens e mulheres negras, principalmente no Poder Judiciário”.

Em seguida, a historiadora e Mestre em Educação Ledeci Coutinho fez uma fala contundente para provocar o debate. Nascida e criada em quilombo, a professora e ex-secretária de Educação de Canguçu falou sobre sua luta em defesa da visibilidade das comunidades quilombolas da região sul do estado no sistema de ensino. “A dor da discriminação e do preconceito nos mata todos os dias”. Na perspectiva histórica, explicou o processo de desenvolvimento da região sul a partir da exploração violenta e da apropriação do conhecimento tecnológico dos negros sobre a produção fabril antes mesmo da Revolução Industrial, que foi fundamental para o crescimento da região. “Este novo continente não seria o que é sem o trabalho e o conhecimento tecnológico dos negros”, afirmou.

Ela destacou o papel da branquitude na manutenção do racismo nas relações sociais e defende que, por isso mesmo, é dever dos não-negros comprometidos protagonizar a luta antirracista em ações diárias e permanentes. “A nossa potência explica por que a branquitude quer nos silenciar”. Nessa medida, pontuou, é indispensável que se adotem condutas antirracistas na vida, reprimindo comportamentos racistas, e em relação ao trabalho na Justiça, por exemplo, ao lidar com os processos e demandas que chegam ao Judiciário. “O Judiciário foi construído para moer carne de negro e de índio. O Brasil e o Judiciário agem hoje como em 1500”. Para ela, a eleição de Bolsonaro não trouxe novidades, mas apenas expôs mais claramente a realidade, abrindo uma ferida: o Brasil é racista. Para vencer este cenário, é preciso “parar de discursar e fazer ações concretas por mudanças concretas”, concluiu.

A vereadora Daiana Santos também fez uma fala no sentido de desacomodar e provocar os não negros sobre seu papel na luta antirracista na sociedade. Chamou a branquitude para a responsabilidade de fazer o enfrentamento ao racismo diariamente e mudar o olhar sobre a vida e o mundo. Fez um paralelo entre o passado escravagista e sua repercussão nos dias de

hoje e como o racismo continua a pautar as relações sociais e políticas.

“O açoite moderno é quando a gente vê nosso povo retornando à miséria”, apontou. Ela destacou o processo de “morte simbólica” a que negros e negras são sujeitos diariamente, na invisibilização de sua identidade, história e cultura e especialmente no contexto político de negação de direitos, agravados nos governos atuais. Este fator e a construção social falida explicam sua motivação para ingressar no poder Legislativo e buscar reverberar o sofrimento e as demandas do povo.



Após 520 anos de opressão, apagamento histórico e violências físicas e imateriais, anuncia-se uma nova realidade, com a construção de espaços de representatividade cada vez mais expressivos. No RS, depois de um hiato de 24 anos tendo apenas uma vereadora preta na história, a capital gaúcha elegeu uma bancada com cinco negros. “Somos (bancada negra) fruto de um projeto coletivo do movimento negro. Agora temos que ir para o Executivo”, ressaltou.

No encerramento das mesas, a integrante do CIRS, Silvia Regina Favorino Vasconcelos, de Porto Alegre, fez a leitura de um texto de Lélia Gonzalez, a homenageada da edição de 2021 do Novembro Antirracista. O servidor da comarca de São Leopoldo, José Manoel de Almeida Neto, interpretou a canção Leilão, de Hekel Tavares e de Joraci Camargo, que fala sobre a venda de negros escravizados, mais um momento de forte emoção da atividade.

As vozes negras falam mais alto, porque delas é a missão de ecoar o grito de seus antepassados, por muito tempo silenciado. A força e o poder dessas vozes unidas honram o legado de resistência do povo negro nesta terra. É esta potência que impulsiona a luta, que deve ser de todas e todos, para vencer esta realidade vergonhosa que é o racismo. Espaços como este são fundamentais para unir essas vozes, recontar a história como ela de fato aconteceu, para dar o devido significado e a reverência que o povo negro merece. Como bem resume o provérbio iorubá: “*Exu matou um pássaro ontem com a pedra que jogou hoje*”.

História do samba

O mundo todo sabe: o samba é um dos principais patrimônios imateriais e culturais brasileiro. O samba está no pé do sambista, no improviso dos partideiros, na mão do pandeirista, no som do cavaco e da cuíca e no batuque dos tambores. Tá nos morros, nas rodas de samba, nas casas de festas, nos desfiles, nas avenidas e no carnaval. E em todos os lugares ele leva a marca da cultura e tradição do povo negro.



Os primeiros registros da expressão samba, como música e dança praticada em roda e ao ritmo de tambores e palmas, são do fim do século XIX, e com registros em diversas regiões do país. Conforme o Iphan,

na publicação "Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro", a tradição tem origem nos povos bantos da África sul-equatorial, e que foram um dos grupos escravizados mais numerosos trazidos para o Brasil.

São eles que dão origem a diversas danças "do carimbó paraense e do tambor-de-crioula do Maranhão, passando pelo coco do litoral nordestino e pelos sambas do Recôncavo e do médio São Francisco, na Bahia, até o jongo ou caxambu no Sudeste brasileiro, notadamente no Vale do Paraíba. Onde houve negro banto, lá estão as danças de roda, com ou sem umbigada".

História

Com origem na música afro, na qual tocar, dançar e cantar é um ato único, os registros históricos também sofrem com o apagamento já registrado em outras questões que envolvem a cultura africana no Brasil.

Um dos exemplos é que no fim do século XIX, na Bahia, o termo "samba" aparece, geralmente, em documentos de ocorrência policial. Já no Rio, os primeiros registros surgem após a "intervenção urbanística", que marginalizou as comunidades negras na chamada Cidade Nova.

No Rio de Janeiro, o marco é a localidade denominada Pedra do Sal, no Morro da Conceição, nas primeiras décadas do século XX, em que o samba, inicialmente em espaços chamados de terreiros, serviu como meio de comunicar experiências e demandas, individuais e de grupo.

Tia Ciata

E foi nesse espaço, que surge a figura de Tia Ciata, considerada a matriarca do samba brasileiro. Hilária Batista de Almeida nasceu no dia 13 de janeiro de 1854, em Santo Amaro, no Recôncavo Baiano.



Aos 22 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, indo morar na Cidade Nova entre os anos de 1899 e 1924, onde exerceu forte influência na comunidade, por sua posição central nos terreiros e participação em atividades de grupo. Mãe-de-santo, Tia Ciata festejava seus orixás, sendo famosas suas festas de São Cosme e Damião e Oxum, em que se destacavam as rodas de partido-alto.

Foi uma das responsáveis pela sedimentação do samba carioca, pois em torno da casa de Tia Ciata se formou um núcleo de resistência cultural e foi composto o primeiro samba gravado em disco "Pelo Telefone", uma composição de Donga e Mauro de Almeida.

MEMÓRIA

Acervo resgatado: "Queremos que as pessoas possam visitar para conhecer a nossa história, que faz parte da história do nosso Brasil"

Peças que contam parte da História das tradições de matriz africana retidas pela Polícia durante décadas foram finalmente liberadas para destinação adequada



Gui Christ/National Geographic Brasil

Reparação histórica. Um acervo de mais de 500 peças que ajudam a contar a história religiosa dos povos de origem africana no país finalmente ocupa um lugar de respeito à memória – o Museu da República – após permanecer por 75 anos sob guarda da Polícia Civil do Rio de Janeiro, em prédio que já foi sede do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

A coleção compreende artigos sagrados do candomblé e da umbanda, que foram apreendidos por policiais em batidas realizadas em locais religiosos no início do século, como parte do processo de perseguição às tradições de matriz africana com base em artigos do Código Penal de 1890 e, posteriormente, de 1942. Peças do acervo figuraram no Museu da Polícia até a década de 90, expostas com a alcunha pejorativa "Magia Negra" e junto a objetos ligados a crimes, como armas e material nazista. Posteriormente, foram mal acondicionadas em caixas de papelão e em condições impróprias que aceleraram o processo de deterioração de grande parte do material.

Após intensa mobilização de movimentos sociais, religiosos e pesquisadores, a coleção foi enfim liberada para vistoria, catalogação pelo IPHAN e transferência para o Museu da República. O Movimento Liberte

Nosso Sagrado, liderado por Maria do Nascimento, a Mãe Meninazinha d'Oxum, foi um dos principais articuladores da iniciativa. "Queremos que as pessoas possam visitar para conhecer a nossa história, que faz parte da história do nosso Brasil", declarou Mãe Meninazinha, quando anunciada a transferência da coleção.

Representantes do Museu da República destacaram que o trabalho de gestão do acervo deve ser compartilhado com as lideranças religiosas, a fim de que não se cometa uma segunda violência com essas comunidades.



Acesse o QR Code e veja mais fotos do acervo.

Como as reformas estão destruindo o Estado Social Brasileiro

Na segunda reportagem da série *Brasil por um fio*, elaborada pela equipe de comunicação do Sindjus/RS, vamos trazer alguns dados das reformas aprovadas a partir do Golpe de 2016, e como todas estão interligadas e representam uma ameaça para a população brasileira.

Reforma: re-for-ma (sf) 1 Ato ou efeito de reformar. 2 Mudança introduzida em algo para fins de aprimoramento e obtenção de melhores resultados.

O período mais recente da história política do Brasil é marcado por uma mudança brusca na condução do Estado brasileiro, expressa em grande parte pela implantação de um programa neoliberal que envolve, entre outros elementos, um conjunto de alterações legislativas que afetaram diretamente o funcionamento de estruturas – mudanças que foram definidas por seus operadores como “reformas”. O que se vê na prática é que nenhuma delas corresponde à definição do termo como colocado acima, visto que o efeito pretendido após uma reforma (aprimoramento e obtenção de melhores resultados) está muito distante da realidade do país.

Reforma Trabalhista

Ainda no governo de Michel Temer, uma pauta historicamente defendida pelo alto empresariado virou prioridade máxima: a reforma trabalhista, consolidada através de lei que promoveu uma série de cortes em direitos e agravou a precarização das relações de trabalho, prejudicando a parcela mais pobre da sociedade, empurrada para a informalidade e a insegurança financeira. Vendida como uma solução para gerar mais empregos (conforme sustentado à época pelo então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles), a ruptura de uma série de garantias dos trabalhadores não trouxe os prometidos postos de trabalho e hoje, quatro anos depois, a massa de desempregados alcança níveis recordes no país.

A juíza do Trabalho Valdete Souto Severo, ex-presidente da Associação Juizes pela Democracia (AJD), aponta que a reforma trouxe um significativo “retrocesso social” e uma ruptura do pacto estabelecido pela Constituição de 1988, prejuízos aprofundados pelos cortes orçamentários nos recursos da Justiça do Trabalho, ainda no governo Temer.

O golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff viabilizou o avanço da agenda de encolhimento do Estado. E em 2021, o governo tentou através de Medida Provisória mover novos ataques contra os trabalhadores para favorecer setores econômicos interessados em reduzir custos com mão de obra. A MP 1045, apelidada de minirreforma trabalhista, passou com diversas emendas na Câmara dos Deputados mas foi derrubada no Senado. Entre outros absurdos, o texto incluía modalidades de contratação precárias, supostamente para fomentar o emprego para jovens, mas que na prática criaria uma “segunda classe” de trabalhadores, sem direitos e com remuneração insuficiente.

Reforma da Previdência

Entre discursos baseados em dados alterados e falsas promessas, como a feita pelo então relator da PEC no Senado, Tasso Jereissati (PSDB), que a reforma da previdência seria “um passo fundamental para que o nosso país possa deslançar”, a Emenda Constitucional 103/2019 foi mais um exemplo de como as reformas pautadas pelos interesses do mercado resultam em prejuízos à população.

O ajuste fiscal disfarçado de reforma da previdência, iniciado na gestão de Temer e concluído no (des)governo Bolsonaro piorou, e muito, as condições de aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, especialmente os mais pobres, que para garantirem um valor minimamente digno na previdência precisarão trabalhar por 40 anos para a aposentadoria por tempo de serviço, ou até os 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres para a aposentadoria por idade.



O tamanho do desafio é incalculável no Brasil em que inexistem políticas públicas e cujo sistema social é precarizado a cada dia. Chegar aos 65 anos com boa saúde física e mental em um país com a saúde sucateada, altos índices de desemprego e empregos precarizados (questão acentuada pela reforma trabalhista) é uma tarefa imensa para as mais de 47% de pessoas cuja renda domiciliar chega no máximo a R\$2.238,20.

Ao impor critérios como a vedação do descarte para cálculo de aposentadoria dos 20% dos piores salários, a reforma da previdência foi uma das tantas reformulações de direitos baseadas em falsas promessas e ignorando a condição social brasileira.

A longo prazo, o que veremos não serão apenas aposentados trabalhando de forma precária para aumentar a renda, mas também famílias mais empobrecidas, já que no já distante 2017 os valores recebidos pela previdência representavam mais de 60% da renda familiar de quase 13,5 milhões de domicílios (Fonte: IBGE/PNAD Contínua).

“Precisamos compreender que todas essas reformas não representam consequências isoladas, todas elas estão conectadas em uma política que privilegia o capital, enquanto forma novos bilionários e empurra mais e mais pessoas para a extrema pobreza”

Fabiano Zalazar, Coordenador-geral do Sindjus,

Reforma Administrativa

Ataques a direitos constitucionais também estão no cerne das reformas conduzidas pelos últimos governos (de Temer e Bolsonaro). No caso da Reforma Administrativa (PEC 32), prestes a ser votada na Câmara dos Deputados, a nova conformação para o funcionalismo aponta para a precarização dos serviços e a consequente apropriação política e privada de espaços hoje ocupados por servidores.

Na avaliação do economista Eduardo Moreira, a reforma administrativa abre caminho para a captura do Estado pelo setor privado. Em audiência pública sobre a PEC 32, o ex-banqueiro afirmou que se aprovada, a proposta gera um cenário de incerteza sobre o futuro dos

trabalhadores e o próprio funcionamento do país, com monopólios e oligopólios privados comandando setores essenciais para a população.

O texto original da PEC previa, entre outros retrocessos, o fim da estabilidade para servidores, uma garantia constitucional para que não haja insegurança e pressões externas sobre os trabalhadores no desempenho de suas funções. Essa conquista obtida com a Constituição de 1988 tem sido alvo de sucessivos ataques ao longo dos últimos anos, especialmente por parte de políticos do campo da direita liberal, que defendem a redução do papel e do tamanho do Estado brasileiro.

Entidades que representam os trabalhadores de diversas categorias do setor público realizaram uma mobilização conjunta contra a reforma administrativa desde o início da tramitação da proposta e buscam sensibilizar parlamentares pela rejeição da PEC e alertar sobre o que ela representa para o conjunto da sociedade.

Os dirigentes do Sindjus, que enfrentam o tema junto à Fenajud em Brasília, alertam que esse conjunto de “reformas” vai no sentido contrário do prometido e acaba por produzir um efeito cascata na sociedade, na medida em que aumenta o empobrecimento, dificulta o acesso da população a serviços básicos (saúde, segurança, educação, justiça) e traz insegurança. Enquanto isso, as verdadeiras e necessárias reformas não são pautadas, como a reforma agrária e a revisão no sistema tributário para torná-lo progressivo, medidas que ajudariam a atenuar a desigualdade social e impulsionar o desenvolvimento do país. “As sucessivas reformas dos governos de direita buscam romper a rede de proteção social do Estado e torná-lo dependente e suscetível ao poder econômico, levando toda a população a uma situação de vulnerabilidade. É um futuro incerto para o país”, pontua o diretor de Política e Formação Sindical do Sindjus, Marco Velleda.

Na próxima edição, a reportagem da série *Brasil por um fio* vai detalhar o impacto dos cortes orçamentários nas políticas públicas e como isso está alinhado com o processo de destruição do Estado brasileiro após o Golpe de 2016.

PCCS É LEI

Uma vitória histórica



Sanção do Plano de Carreira do Judiciário Gaúcho consolida luta pela valorização da categoria e amplia perspectivas de melhorias na carreira dos servidores e servidoras e nos serviços prestados à população

Uma luta iniciada há mais de 40 anos é coroada com uma conquista histórica para os servidores e as servidoras do Judiciário Gaúcho. Sancionado no dia 1º de dezembro pelo governador Eduardo Leite, o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) da Justiça Estadual enfim se tornou lei. Esse desfecho é fruto de uma mobilização que deixou evidentes a capacidade de união dos trabalhadores e trabalhadoras e a importância da construção coletiva com diálogo e responsabilidade.

Antes de ser aprovado no Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJRS), em abril de 2021, o texto foi exaustivamente debatido e reformulado a partir de contribuições dos servidores, do Sindjus/RS, das demais entidades representativas dos servidores e da Administração do Tribunal.

Isso garantiu que a proposta chegasse à Assembleia Legislativa (ALRS) o mais afinada possível com as demandas da categoria e, sobretudo, com os interesses da sociedade do Rio Grande do Sul. Esse trabalho exigiu renúncias e adaptações ao cenário de crise econômica em que o Brasil e o Estado estão inseridos, mas se mostrou assertivo.

“Parabéns aos servidores e servidoras do Judiciário, que a partir de agora contam com uma base sólida de carreira, que será aperfeiçoada com o tempo. É uma conquista importante, resultado da luta de muitas gerações, aprovada em um contexto em que os serviços públicos vêm sendo muito atacados, apesar de se mostrarem fundamentais para a sociedade. Então, o Plano de Carreira nos garante mais e melhores perspectivas para o futuro”, avalia Fabiano Zalazar, coordenador-geral do Sindjus/RS.

Durante a tramitação na Assembleia Legislativa, já sob a designação de PL 147, o Plano de Carreira colecionou aprovações unânimes pelas comissões nas quais tramitou. Primeiro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na qual a qualidade do projeto e constitucionalidade da matéria foi apontada no parecer do relator, Frederico Antunes (PP). Em seguida, na Comissão de Segurança e Serviços Públicos (CSSP), o PL contou com parecer favorável do deputado Gerson Burmann (PDT) e foi aprovado por unanimidade.

Corpo a corpo foi fundamental para agilizar votação

Com a tramitação do PL 147 encerrada nas comissões, os servidores e as servidoras do Judiciário Gaúcho passaram a conviver com uma expectativa de que o Plano de Carreira fosse encaminhado à votação em Plenário.

Os diretores do Sindjus/RS travaram uma luta diária para garantir apoio dos deputados e deputadas ao projeto e, ainda, agilizar o encaminhamento do texto para apreciação em Plenário. Foram centenas de visitas em gabinetes de todos os partidos para expor os benefícios do PCCS aos serviços da Justiça Estadual e ao público, que é o principal favorecido quando se qualifica e moderniza a estrutura administrativa.

“Havia muitas dúvidas sobre a possibilidade de o Plano de Carreira representar aumento de despesas ao erário público. Explicamos a cada deputado e deputada como construímos coletivamente uma proposta que viabilizasse as demandas dos servidores sem perder a noção do momento de crise, que deve se arrastar por mais alguns anos. Demonstramos, em cada conversa, em cada visita aos gabinetes, que o PCCS era uma necessidade para qualificar a Justiça do RS e valorizar os servidores. Qualificação e valorização é agilidade e qualidade no serviço, o que conseqüentemente acaba por gerar economia de recursos”, comenta o diretor Jurídico, Osvaldir Rodrigues.

Emendas queriam tirar autonomia do TJRS

A reta final do PL 147 não ocorreu sem sobresaltos. Depois de entrar na ordem do dia na sessão do dia 26 de outubro, a matéria ainda disputou espaço com projetos do governo e encontrou resistência em uma série de emendas apresentadas.

Entre elas, uma assinada pelo deputado Mateus Wesp (PSDB) e apresentada sem nenhum debate, gerou polêmica e discussões acaloradas no plenário, porque sugeria mudanças nas progressões dos servidores, interferindo diretamente na gestão de pessoal do TJRS. Enquanto o texto original do PL 147 previa progressões de pelo menos 50% dos servidores anualmente, a emenda de Wesp tentou limitar o percentual a **no máximo 20%**.

A sessão acabou sendo suspensa e a votação transferida para o dia 9 de novembro. Neste período, graças a intensa articulação do Sindjus/RS, ASJ, Abojeris e a luta aguerrida da categoria, a proposta do deputado tucano acabou sendo desidratada.

No dia da votação, em um acordo feito sem diálogo com o Sindjus/RS e entidades representativas, foi apresentada nova emenda pelo deputado tucano, desta vez estabelecendo no mínimo 20% de progressões anuais, e determinando que a criação de novos auxílios dependerão de autorização legislativa, além de vincular os reajustes de benefícios à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA). A emenda foi aprovada com 36 votos favoráveis e 16 contrários.

Na sequência, o texto completo do PL 147, construído pela categoria e com avanços importantes para a carreira, foi aprovado com 53 votos favoráveis, consolidando uma luta de quatro décadas, modernizando e qualificando a Justiça e, principalmente, valorizando o trabalho dos servidores e servidoras do Judiciário estadual.

Novos passos

A luta por um PCCS qualificado não se encerra com a sanção. A partir de agora, é preciso mobilização pela regulamentação de diversas questões previstas no Plano de Carreira, para cobrar o respeito ao acordo estabelecido para encerrar a greve de 2019 e para as melhorias necessárias que deverão ser implementadas em até 3 anos.

Será essencial a união de toda a categoria para seguir lutando e vencendo.

Origem do Dia da Consciência Negra

Nos 50 anos da primeira celebração do Dia da Consciência Negra no Brasil, é preciso destacar o papel dos gaúchos na criação da data. Na noite de 20 de novembro de 1971, no Clube Social Negro Marcílio Dias, o Grupo Palmares, focado nos estudos de artes, literatura e teatro africano e afro-brasileiro, realizou um ato evocando a resistência negra e a luta de Zumbi dos Palmares.



A data surgia como um contraponto à falsa libertação de 13 de maio de 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, abolindo (no papel) a escravidão, mas sem oferecer nenhum direito à população negra brasileira.

A partir de 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) de São Paulo, que contava com ramificações em várias cidades, aderiu à celebração e colaborou com a popularização da data. Em 1995, a Marcha Zumbi – 300 anos, destaca-se como um dos atos importantes para que o Dia da Consciência Negra conquistasse caráter nacional.

Também foram marcos importantes para a consolidação da data no calendário brasileiro a Lei 10.639/2003, que incluiu a história da África negra e das culturas afro-brasileiras no ensino oficial do país e também o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar.

Mesmo com a luta dos movimentos sociais diante da necessidade de marcar a importância da data, o Dia da Consciência Negra ainda precisa de maior reconhecimento. Apesar da lei federal de 2011 incluir a data no calendário nacional, o 20 de novembro ainda não é feriado sequer na cidade de Porto Alegre, onde foi celebrado pela primeira vez.

Em 2015, por proposição do vereador Delegado Cleiton (PDT), a Câmara de Porto Alegre transformou o 20 de novembro em feriado municipal. No entanto, em atendimento a ação do Sindicato dos Lojistas do Comércio (Sindilojas), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) entendeu que a lei era inconstitucional.

Quilombo dos Palmares, Zumbi e o Grupo Palmares

Desde o início da década de 1970, um grupo de jovens negros, formado por Oliveira Silveira, Antônio Carlos Côrtes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Jorge Antônio dos Santos (Jorge Xangô) e Luiz Paulo Assis Santos, inconformados com o racismo, colocaram na ordem do dia as demandas por uma "outra história do negro brasileiro".

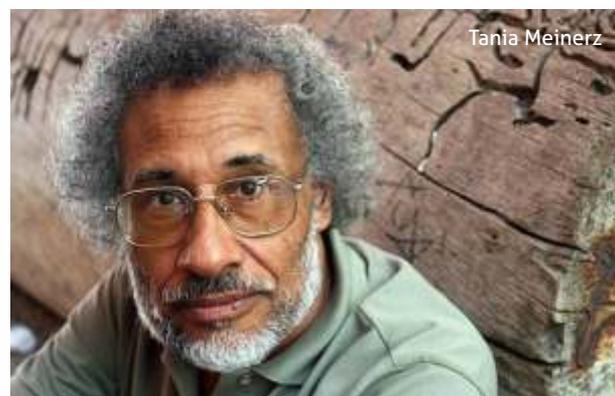
Uma das inspirações foi o livro "As guerras nos Palmares", de Ernesto Ennes, que Oliveira Silveira ganhou do sogro José Maria Vianna Rodrigues, que recebeu na sua casa, localizada no bairro Bom Fim, as primeiras reuniões do Grupo Palmares.

A inspiração para o Grupo vem da luta de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, uma território de cerca de 200 km² localizado na Serra da Barriga (na época Pernambuco e hoje Alagoas). O Quilombo dos Palmares foi uma organização sociopolítica onde viveram mais de 20 mil habitantes por mais de um século, tendo uma estrutura baseada na noção de

coletividade e um modo de organização política. Zumbi dos Palmares foi assassinado em 20 de novembro de 1695, tornando-se símbolo brasileiro da resistência negra à dominação de impérios coloniais.

Oliveira Silveira

Nascido em 1941, na área rural de Rosário do Sul, Oliveira Ferreira da Silveira foi escritor, poeta, professor, jornalista e um dos principais ativistas do movimento negro. Um dos criadores do Grupo Palmares, publicou 10 livros de poesia, além de inúmeros artigos, reportagens e contos, recebendo medalhas, troféu e títulos em reconhecimento ao importante trabalho na luta contra o racismo e de resgate e preservação da história dos negros e negras no Brasil.



Foi conselheiro na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, onde colaborou com a elaboração de políticas públicas.

No dia 27 de novembro de 2021, o Conselho Universitário da UFRGS aprovou a concessão do título Doutor Honoris Causa para Oliveira Silveira, em reconhecimento da importância de sua obra literária e social, que inspirou gerações, valorizando o conhecimento produzido por negros e negras.

PL Semana da Consciência Negra

A mobilização dos integrantes do Coletivo pela Igualdade Racial (CIRS) do Sindjus/RS somada à parceria em defesa das causas sociais com o deputado Jeferson Fernandes (PT/RS) deu origem a um momento importante para a luta antirracista no RS: o protocolo do projeto de lei 446/2021, que cria a Semana Estadual da Consciência Negra, a ser celebrada de 14 a 20 de novembro.

"A proposta de ser de 14 a 20 de novembro tem uma ideia e um ideal, já que 14 de novembro é data da traição dos generais farroupilhas aos lanceiros negros, que resultou no Massacre de Porongos, e o 20 de novembro é a data que marca a luta de Zumbi", apontou Luiz Mendes, um dos integrantes do CIRS.

Veja o vídeo do protocolo do projeto



SAIBA MAIS: Acesse os conteúdos em vídeo da campanha Novembro Antirracista

177 anos do Massacre dos Porongos: Juremir Machado

Na madrugada de 14 de novembro de 1844, após lutarem por quase uma década na Revolução Farroupilha, os lanceiros negros foram assassinados em uma emboscada armada por generais farroupilhas e pelo governo imperial.

A pedido do Sindjus, o jornalista Juremir Machado gravou um vídeo relatando a traição aos negros (que guerreavam com a promessa de liberdade) que se tornou um dos capítulos finais do conflito.

Acesse o QRCode:



Reafricanização, identidade e preservação da ancestralidade: bate-papo com Bábá Hendrix

Em entrevista exclusiva ao Sindjus/RS, o babalorixá, professor, teólogo afrocentrado e escritor Hendrix Silveira, falou sobre História, Teologia, política, cultura e educação e como as tradições de matriz africana no RS, dentre elas o Batuque, constituem elemento indispensável para entender a forma de organização e resistência do povo negro em nosso território.

Acesse o QRCode:





NAP

BOLETIM DO NAP

12/2021

Informativo do Núcleo dos Servidores Aposentados do Sindjus/RS

Mensagem do NAP

É inacreditável que ainda precisemos continuar mantendo os protocolos e cuidados por causa da pandemia, depois de quase dois anos. Temos agora a notícia de uma nova cepa, chamada de "variante da preocupação", potencialmente mais perigosa, chamada Ômicron.

Os idosos foram identificados como o grupo de risco de maior vulnerabilidade para a contaminação e com uma letalidade maior do que em outros grupos. Mesmo com as vacinas, ainda há um grande risco de contaminação.

O NAP do Sindjus procurou manter seus participantes longe de aglomerações por entender a importância do distanciamento social como medida de controle da pande-

mia. Fomos impedidos, desse modo, de organizar encontros e atividades que pudessem colocar em risco cada um de nós. No momento em que escrevemos este conteúdo, 16 capitais brasileiras já cancelaram as comemorações pela passagem do ano. Apesar de ser a principal arma para enfrentar a Covid-19, ainda há incertezas se as vacinas que já foram administradas na população serão eficientes em relação à Ômicron. O momento que vivemos ainda é de muita preocupação e exige cuidados e a colaboração de todos e todas para que a situação seja contornada e no próximo ano possamos retomar nossos encontros e atividades.

Aproveitamos a oportunidade para desejar a todas(os) nossas queridas(os) aposentadas(os) os melhores votos de um

Feliz Natal e que o Ano Novo traga novas esperanças de saúde, paz e tranquilidade para todos nós.

Grande abraço,
Maria Rosa Junges

MANTENHA OS CUIDADOS; A PANDEMIA NÃO ACABOU!

- Tome todas as doses das vacinas
- Siga a utilização de máscaras em ambientes fechados e evite aglomerações
- Lave sempre as mãos e utilize álcool em gel 70%
- Em caso de sintomas, procure os serviços de saúde da sua região

Faça sua parte pela saúde de todos!

Sindjus ingressa com ação pleiteando reajustes às aposentadorias e pensões

Em mais uma iniciativa com o objetivo de valorização da categoria, o Sindicato, através da COP Advogados, ingressou com Ação Civil Pública almejando a concessão de reajustes aos benefícios de aposentadorias pagos à categoria e respectivas pensões.

A ação judicial leva em conta o direito fundamental constitucional ao reajustamento de benefícios previdenciários e o atual descompasso quanto a reajustes anuais dos benefícios de ambos os regimes, ressaltando, que a própria Reforma da Previdência (trazida pela EC nº 103/2019, com adesão pelo

Estado do Rio Grande do Sul através da EC nº 78/2020 e Lei Complementar nº 15.429/19), introduz ao ordenamento jurídico uma isonomia entre os Regimes, trazendo especificidade sobre o tema.

Diante disso, seja para os benefícios concedidos com paridade e integralidade, ou para os calculados com base na média das remunerações, a legislação remeteria à adoção do INPC como balizador mínimo, ao menos a partir dos exercícios subsequentes a 2020.

Ainda em fase inicial, a ação está tramitando sob o nº 5149697-16.2021.8.21.0001

na 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre.

O Sindjus segue a luta pela recuperação das perdas financeiras da categoria por ausência de reajustes e revisão geral anual. Assim como a Ação Coletiva Trabalhista que, ainda em trâmite, já apresentou decisão favorável para autorizar os reajustes aos celetistas do Tribunal de Justiça (TJRS), a ação em favor dos aposentados e pensionistas soma-se ao esforço de proporcionar gatilhos que pressionem a elevação uniforme a todos os servidores, sob qualquer vínculo e situação funcional.

Informações sobre o PCCS:

O coordenador-geral do Sindjus, Fabiano Zalazar, explica sobre o Plano de Carreira sancionado no final deste ano:



Luiza Castro

O plano só pode ser estendido àqueles que detêm carreira no serviço público, portanto não é possível aos aposentados e aposentadas galgarem os degraus previstos na promoção e progressão - o principal

ganho do plano -, isso somente é possível para quem está em atividade.

Entretanto, é importante destacar que conseguimos através da Lei nº 15.737/2021 mitigar os efeitos das ADIs 5562 e 3538, esta última que já transitou em julgado, e que poderiam retirar até 18% dos vencimentos. Com uma nova matriz salarial para todos no plano, não há risco de perda de salário por conta da decisão das ações e do novo entendimento firmado pelo STF sobre a reposição da inflação, segundo o qual a responsabilidade no envio de projeto de lei é do governador. Logo, o plano foi muito positivo para os aposentados nesse sentido também."

O TJRS abriu no dia 1º de outubro o prazo para a solicitação do auxílio-saúde. Os cadastros serão recebidos até o dia 30 de outubro para que os servidores recebam o reembolso dos gastos do mês de setembro, assim sucessivamente a cada mês. O Sindjus/RS orienta que os trabalhadores e trabalhadoras façam a solicitação e permaneçam no IPE Saúde.

Mais esclarecimentos sobre o funcionamento do auxílio-saúde podem ser obtidos pelo email digep-sass@tjrs.jus.br ou através do telefone (51)32106900, das 13h às 18h. A cartilha com todas as informações para o cadastro está disponível no site do Sindicato.